

Santarém registra quatro feminicídios em 2026 e sequência de crimes acende alerta para violência contra a mulher

Category: GERAL, PARÁ, REGIÃO

escrito por Maria Luiza | 31 de julho de 2026



Embora tenham ocorrido em circunstâncias diferentes, os quatro casos têm em comum a violência extrema que interrompeu a vida de mulheres jovens. A sequência de crimes evidencia um cenário preocupante e reforça os desafios enfrentados pela rede de proteção e pelo sistema de Justiça no combate à violência de gênero.

Na Região Metropolitana de Santarém, a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher recebeu, entre janeiro e julho deste ano, 1.873 pedidos de medidas protetivas de urgência, média de aproximadamente 270 solicitações por mês. Atualmente, também tramitam 902 ações penais relacionadas à violência doméstica, entre processos por ameaça, lesão corporal, descumprimento de medidas protetivas e feminicídio.

Dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) mostram que, entre janeiro e junho deste ano, Santarém registrou dois feminicídios consumados, seis tentativas de feminicídio e 535 casos de lesão corporal em

contexto de violência doméstica. Os três crimes ocorridos em julho ainda não constam nesse levantamento porque aconteceram após o fechamento dos dados encaminhados pela secretaria.

Conteúdo relacionado

- [Três mulheres mortas em menos de 20 dias em Santarém \(PA\): sequência de crimes causa comoção e reforça alerta para a violência contra mulheres](#)
- [Jovem desaparecida é encontrada morta em área de mata em Santarém; caseiro de chácara é principal suspeito](#)
- [Mulher é encontrada morta e com sinais de violência em terreno abandonado em Santarém, no Pará](#)
- [Caso Tainá: família afirma que advogado praticava diferentes tipos de violência durante o relacionamento](#)

No mesmo período de 2025, haviam sido registrados um feminicídio, nove tentativas e 351 ocorrências de lesão corporal. O aumento dos casos de agressão evidencia que a violência contra a mulher permanece em crescimento no município.

Especialistas ressaltam, porém, que os números oficiais representam apenas parte da realidade. Muitas vítimas ainda deixam de denunciar por medo do agressor, dependência financeira, emocional ou pela falsa esperança de que a violência irá cessar.

Os quatro casos

A sequência de feminicídios começou em 19 de março, quando Caroline Fontineli Carneiro Pereira, de 26 anos, foi morta a tiros dentro de um carro nas proximidades do viaduto de Santarém. O autor dos disparos, o policial penal Renato Matos Parente, atirou contra a própria cabeça logo após o crime. Ele permaneceu internado por mais de três meses e morreu no Hospital Municipal no dia 3 de julho.

Quatro meses depois, em 19 de julho, Tainá Yarina dos Santos Cardoso, de 29 anos, morreu após uma discussão com o companheiro, o advogado Wlandre Gomes Leal, no bairro Aparecida. O suspeito está preso preventivamente em Belém por determinação da Justiça.

Menos de uma semana depois, em 25 de julho, Edmara de Sousa Góes, de 22 anos, natural da vila de Curuai, foi encontrada morta em um terreno baldio no bairro Maracanã. Um adolescente confessou o crime, foi apreendido e permanece internado em unidade socioeducativa.

O caso mais recente é o de Dayse Diniz, de 25 anos. Desaparecida desde 23 de julho, ela foi encontrada morta cinco dias depois em uma área de mata da comunidade São Brás, na região do Eixo Forte. O principal suspeito, João Pedro Pereira dos Santos, confessou o assassinato. Durante as investigações, a Polícia Civil descobriu que ele era foragido do sistema prisional e cumpria pena por outro feminicídio, cometido em Uruará. Na quinta-feira (30), a Justiça converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva durante audiência de custódia.

“O silêncio protege o agressor”

Para o juiz da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Santarém, Alexandre Sydnei Pomar Falcão, a resposta do Judiciário tem sido rápida sempre que há provas da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria.

Segundo ele, entretanto, a punição sozinha não é suficiente para evitar novos casos. O magistrado lembra que levantamentos nacionais mostram que apenas uma pequena parcela das vítimas de feminicídio possuía medida protetiva antes de ser assassinada.

“O silêncio protege o agressor, e a denúncia protege a vítima. Se a informação não chega ao Estado, não há como agir. Na maioria dos casos, o autor é o companheiro ou o ex-

companheiro. É fundamental identificar os primeiros sinais de um relacionamento abusivo e denunciar.”

O advogado criminalista Ítalo Melo explica que nem toda morte de mulher é automaticamente enquadrada como feminicídio. Para que isso ocorra, é preciso comprovar que o crime teve motivação relacionada à violência doméstica, familiar ou ao menosprezo à condição de mulher. Caso contrário, a investigação pode apontar homicídio ou outro tipo penal, como latrocínio.

Rede de proteção

Além das investigações e da atuação da Justiça, a rede de atendimento busca impedir que a violência evolua até o desfecho mais grave.

A delegada Márcia Rabelo, titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), destaca o cadastro prioritário no Núcleo Integrado de Operações (Niop). Com o sistema, mulheres cadastradas que ligarem para o 190, mesmo sem conseguir falar, são identificadas automaticamente, permitindo o envio imediato de uma equipe policial.

“Às vezes ela não consegue dizer uma palavra porque está sendo agredida naquele momento. A ligação já é suficiente para que a polícia saiba que aquela mulher precisa de socorro imediato.”

Outra porta de entrada para vítimas é o Centro Especializado Maria do Pará, mantido pela Prefeitura de Santarém. O espaço oferece atendimento psicológico, assistência social, orientação jurídica e encaminhamento para programas de qualificação profissional.

A assistente social Raimunda Silva Ferraz afirma que muitas mulheres chegam ao serviço acreditando ser responsáveis pela violência que sofrem.

“Nenhuma mulher é responsável pela violência que sofre. Se ela

percebe que está sendo controlada, ameaçada ou afastada da família, precisa buscar ajuda antes que a violência aumente.”

A violência começa antes da agressão física

Especialistas alertam que o feminicídio costuma ser o estágio final de um ciclo de violência iniciado muito antes. Controle excessivo, ciúmes, humilhações, isolamento social, ameaças e violência psicológica costumam anteceder as agressões físicas e, em muitos casos, o assassinato da vítima.

O cenário nacional reforça a gravidade do problema. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.571 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2025, média de quatro assassinatos por dia e o maior número desde que o crime passou a ser tipificado na legislação brasileira.

Em Santarém, autoridades são unânimes ao afirmar que romper o silêncio continua sendo a medida mais eficaz para salvar vidas. Além da atuação da polícia e da Justiça, especialistas defendem que o enfrentamento à violência depende também da conscientização da sociedade, da educação e da denúncia dos primeiros sinais de abuso.

Afinal, toda agressão começa com um primeiro episódio. E toda ameaça ignorada pode anteceder uma tragédia que ainda pode ser evitada.

Onde buscar ajuda em Santarém

Mulheres em situação de violência podem procurar atendimento gratuito pelos seguintes canais:

Emergência Policial (Niop): 190 – atendimento imediato e envio de viaturas.

Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180 – funciona 24 horas

para orientação, acolhimento e denúncias.

Disque-Denúncia: 181 ou WhatsApp (91) 3210-0181 – permite o envio de fotos, vídeos e localização, com garantia de anonimato.

Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam): Avenida Crisântemo, nº 70, bairro Aeroporto Velho. Telefone: (93) 3522-2132.

Centro Especializado Maria do Pará: Rua Magnólia, atrás da Semtras. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h. Telefone e WhatsApp: (93) 99134-8542.

Promotoria de Justiça Especializada de Combate à Violência Doméstica (MPPA): Telefones (93) 3512-0400 e 3512-0403. E-mail: santarem@mp.pa.gov.br.

Defensoria Pública – Centro de Referência em Direitos Humanos: Avenida Presidente Vargas, nº 2720, bairro Aparecida. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h. WhatsApp: (91) 97400-2682.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB Santarém: WhatsApp (93) 99122-2144. E-mail: cmulheradvogada@oabsantarém.org.br. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

Corpo de Bombeiros: 193.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
31/07/2026/07:22:10

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)

- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
-Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com